GEOTA lamenta que medidas digam “muito pouco de florestas”

23 de Outubro, 2017

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) considera que “é bom sinal” pensar numa reforma da proteção civil, mas lamentou que as medidas anunciadas no sábado pelo Governo digam “muito pouco de florestas”. Contactado pela Lusa, João Joanaz de Melo, do GEOTA, apontou que “há um aspeto notório pela ausência, que é [o facto de] praticamente não falarem das questões estruturais”, sublinhando que “praticamente só se está a falar de combate a incêndios e muito pouco de florestas”.

Para o responsável, aquilo que foi agora anunciado pelo Governo, quer a nível de meios técnicos quer a nível de ordenamento da floresta, “foi muito poucochinho”.

Joanaz de Melo referiu que Portugal tem “uma floresta altamente vulnerável a incêndios, particularmente em regiões despovoadas do país” e disse que “não é evidente que caminho é que o Governo pretende ter nesta matéria”.

Lamentando que o Governo não tenha consultado a maior parte dos parceiros sobre as medidas agora apresentadas, o dirigente do GEOTA entende que “é bom sinal que se esteja a fazer alguma coisa”, mas deixou um alerta.

“Há um sério risco de fazer um pacote de medidas sobre coisas que são as mais fáceis de fazer e de deixar para as calendas gregas as medidas estruturais que são as mais difíceis de pôr em prática”, apontou.

Joanaz de Melo disse ainda que “a maior parte dessas decisões vai no bom sentido”, mas “são nada mais, nada menos do que pôr em prática recomendações feitas por uma série de entidades”, pelo que “a novidade é de terem sido finalmente tomadas quando já estavam no papel há anos e anos”.

O Governo pretende em 14 meses concluir a reforma da Proteção Civil, que visa aproximar a prevenção do combate aos incêndios e reforçar o profissionalismo, o que deverá passar pela entrada do Estado na rede de comunicações SIRESP e por vários apoios dirigidos às populações e às zonas mais afetadas.

O Governo discutiu no sábado a reforma nos sistemas de prevenção e combate aos incêndios e medidas de emergência de apoio às vítimas, depois dos incêndios de Pedrógão Grande (junho) e da zona Centro (15 e 16 de outubro), que provocaram a morte a mais de 100 pessoas e que deixaram um rasto de destruição de casas, empresas e património florestal.